

# Grifos

---

2175-0157

## Editorial

Edição: v. 33, n. 61 (jan./abr. 2024). Temática Livre

**Juliano Luiz Fossá**

<https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

A edição v. 33, n. 61 da Revista Grifos da Unochapecó contempla um conjunto de 10 artigos científicos de temática livre. A Revista Grifos nesta edição completa 30 anos de publicação científica de caráter interdisciplinar. Este periódico que “nasceu” na década de 1990 tinha como pressupostos socializar trabalhos resultantes de investigações tanto de extensão como de pesquisa acadêmica. O nome Grifos foi escolhido no sentido de grifar, sublinhar o saber científico, o teórico como uma questão indissociável do mundo ético e social (DMITRUK ORTIZ, 1994).

Após 30 anos de trajetória, a “nossa” Revista Grifos se estabelece como um periódico científico reconhecido nacional e internacionalmente, se propondo a divulgação de estudos de natureza multidisciplinar (estudos empíricos, históricos, teóricos e conceituais, relatos de experiência profissional, revisões críticas da literatura e resenhas) vinculados às áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Na ciência, assim como na vida, nada se faz de forma isolada, registramos nosso agradecimento aos inúmeros profissionais que se dedicaram ao trabalho editorial ao longo desses 30 anos. É oportuno salientar nesta história o papel fundamental dos autores, avaliadores e leitores que confiaram nos princípios editoriais da Revista Grifos da Unochapecó.

Em relação a esta edição, o primeiro texto de Bruna Fabris, Maria Aparecida Lucca Caovilla e Arlene Anélia Renk, intitulado “*Atividade Apícola e a Mortandade das Abelhas: relatos da associação de apicultores de Nonoai/RS (AAPINO)*” as autoras objetivam analisar os desafios enfrentados pela Associação de Apicultores de Nonoai/RS (AAPINO) no processo de produção de mel, assim como as consequências que a escassez das abelhas traz à apicultura. Para as autoras, é primordial o engajamento de todos os atores do sistema alimentar (apicultores, agricultores, setor público,

sociedade civil e consumidores) para que medidas de contenção da mortandade das abelhas sejam eficazes.

Já no texto “*Abordagens Teóricas e Desafios Globais da Segurança Hídrica*”, de autoria de Jakeline Pertile Mendes, Denise Helena Lombardo Ferreira, Cibele Roberta Sugahara e Regina Márcia Longo é discorrido sobre os conceitos e desafios da segurança hídrica. As autoras ressaltam que o atual cenário brasileiro se apresenta com estiagem e secas severas, desmatamento, enchentes e inundações em diversas regiões do país, que impactam diretamente a demanda de água, dificultando o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 6.

Em “*O Antropoceno e a Modernidade: uma reflexão sobre o colapso sindêmico*”, os autores (as) Larisse Medeiros Gonçalves, Luana Santos dos Santos, Hieda Maria Pagliosa Corona e Wilson Itamar Godoy visam contribuir no diálogo interdisciplinar sobre a relação multifacetada da sindemia - construindo uma análise entre a mesma e o tecer das inter-relações dos coletivos sociedade-natureza, com ênfase no colapso sindêmico do Coronavírus (SARS-CoV-2). As reflexões apontam a necessidade urgente para revermos nosso lugar como sujeitos, para assim, evitarmos outras sindemias e problemas sistêmicos. Por fim, se desprender dos resquícios da modernidade é fundamental para o retorno a uma segurança, revendo todos os funcionamentos: científicos, políticos, religiosos, interpessoais, entre outros.

Kleber Destefani Ferretti e Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno em “*Mapeamento das Políticas Públicas Relacionadas às Mudanças Climáticas no Contexto da Agricultura Familiar no Brasil*” tiveram como mapeamento as legislações brasileiras relacionadas à mudança climática e sua interface no contexto da agricultura familiar. Realizaram uma revisão documental onde buscamos mapear quais as legislações e aparatos oficiais existentes que se relacionam à sustentabilidade, agricultura familiar e mudanças climáticas. Foi verificado que no período analisado são escassos de dispositivos legais que discutem de forma aprofundada a mudança climática no contexto da agricultura familiar no Brasil. Segundo os autores é essencial destacar que apesar de numerosas as legislações analisadas, elas são limitadas a um debate ambiental conceitual cujo não assume uma posição ou indicação de ações efetivas à altura de estruturação de políticas públicas.

Ana Cristina Oliveira de Almeida, Maria Rita Ivo de Melo Machado, Horasa Maria Lima da Silva Andrade e Luciano Pires de Andrade no artigo “*Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural: desafios para a territorialidade*” tiveram como

principais resultados as políticas públicas de compra, aquisição e distribuição de alimentos e sementes como PAA, PNAE e PAA Sementes, as políticas de captação, manejo e gestão da água como o P1MC e P1+2, de financiamento como o Pronaf, e políticas de educação contextualizada e assessoria técnica (ATER). Por fim, segundo os autores observaram, a transformação socioeconômica das famílias agricultoras beneficiadas foi evidenciada nos trabalhos revisados, da mesma forma em que foi evidenciada a necessidade dessas políticas públicas continuarem sendo executadas para continuar o desenvolvimento rural, alcançando mais territórios e famílias.

“*Sucessão na Agricultura Familiar do Oeste de Santa Catarina: educação cooperativa pode fazer a diferença?*” é o texto assinado por João Guilherme Leite e Tiana Marielle Schuster. Os autores (as) tiveram por objetivo explorar o impacto da educação cooperativa, no formato de curso de capacitação, sobre a sucessão familiar no Oeste de Santa Catarina. Os resultados não permitem identificar uma contribuição significativa do curso de capacitação de jovens lideranças sobre a sucessão familiar na região estudada. Aparentemente, as condições encontradas pelos jovens são favoráveis à sua permanência no estabelecimento rural, independentemente de sua participação no curso de jovens lideranças e sucessão familiar. Também foi possível identificar baixa prevalência de mulheres, corroborando a outros trabalhos sobre êxodo de mulheres e masculinização rural.

A contribuição de Adelar Nunes Saucedo, Mygre Lopes da Silva, Rodrigo Abbade da Silva e Mauro Barcellos Sopena no artigo “*Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: uma análise da execução dos programas PAA e PNAE baseada nos atores sociais participantes*” teve por objetivo analisar a participação dos agricultores familiares e dos gestores públicos nos programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Santana do Livramento (RS). Os resultados sugerem que o excesso de burocracia prolonga o período entre aquisição e pagamento dos produtos, e isso faz com que muitos alimentos com alta perecibilidade sejam perdidos, o que reduz o ganho por parte da agricultura familiar.

Em “*Reflexões acerca de Iniciativas Agroecológicas no Litoral Norte do RS*”, de autoria de Simone Zani Beatricci, Fabio Kessler Dal Soglio e Mariele Boscardin o objetivo foi de conhecer e analisar as iniciativas agroecológicas no município de Caraá, Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados do estudo, permitem inferir que, as iniciativas possuem menos de cinco anos de experiência, com importante

participação feminina no trabalho e na gestão, presença de público neo-rural e ampla diversidade de atividades remuneradas, mostrando a pluriatividade destes estabelecimentos.

No artigo “*Entre o “Agro Pop” e a Agricultura Familiar: um breve retrato do cenário agroalimentar brasileiro*” os autores é abordaram o contexto agroalimentar brasileiro e apontaram o potencial da agricultura familiar para a superação dos desafios climáticos, sociais e alimentares. Para os autores apesar de a agricultura industrial carregar o peso do PIB brasileiro, estudos têm demonstrado que esse sucesso, necessariamente, não tem alavancado indicadores sociais nos municípios produtores de soja, por exemplo, ou mesmo não tem solucionado o problema da fome. Ademais, muitos outros dados apresentam os efeitos nocivos dos modelos convencionais de produção no clima.

Por fim, em “*Teorias Organizacionais e Políticas Públicas: elementos para articulação a partir das abordagens sobre formação de agenda*”, Janiele Peres Borges, Márcio Barcelos, Marcio Silva Rodrigues e Damásio Duval Rodrigues Neto apresentaram um desenvolvimento teórico-analítico relativo às possibilidades de articulação entre duas áreas: Teorias Organizacionais e Análise de Políticas Públicas. Argumentam que são áreas que têm origens em comum, e que uma possibilidade de articulação entre organizações e políticas públicas reside na análise de processos de formação de agenda. Em toda a análise perpassa a ênfase nos processos de construção de problemas e questões que são seriamente considerados pelos participantes, seja no âmbito das organizações, seja no âmbito das políticas públicas.

Nesse breve diálogo com você leitor, abrimos o convite à leitura!

## **Referência**

DMITRUK ORTIZ, Hilda Beatriz. Apresentação. **Revista Grifos**. v. 1, nº 1, 1994.